

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 4 de janeiro de 2012

CGCOM SUFRAMA

CLIPPING LOCAL E NACIONAL ON-LINE

Manaus, quarta-feira, 4 de janeiro de 2012

O GLOBO No primeiro ano de Dilma, aprovação alta e sete demitidos
DIÁRIO DE PERNAMBUCO Após 4 anos, produtos da Gradiente voltam ao Brasil
UOL ÚLTIMAS NOTÍCIAS Impostos: impacto tributário não deve ser reduzido neste ano
MANAUS ON LINE SUFRAMA convoca candidatos para unidades descentralizadas
VALOR Infraestrutura sustenta o investimento da indústria
VALOR País capta com a menor taxa da história
VALOR Indústria deve ficar forte só no 2º semestre, diz Kupfer
BRASIL ECONÔMICO-SP Nota fiscal em Rondônia
PORTAL A CRÍTICA Candidatos aprovados para unidades descentralizadas da Suframa são convocados
PORTAL D24AM Amazonas terá 2,7 mil vagas em concursos públicos no primeiro semestre
TRIBUNA DA BAHIA Faltam técnicos para telecomunicações



VEÍCULO O GLOBO

TÍTULO

No primeiro ano de Dilma, aprovação alta e sete demitidos

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

DE INTERESSE
NACIONAL

BRASÍLIA - O ex-presidente Luiz Inácio <u>Lula</u> da Silva transformou em bordão a frase "nunca antes na História deste país", mas, neste primeiro ano de governo, a presidente Dilma Rousseff poderia apoderar-se do jargão. Ela foi a mais bem avaliada presidente num primeiro ano de mandato - e citada também entre as personalidades relevantes na eleição feita pelos jornais mais influentes da América Latina, o Grupo de Diários América (GDA). Dilma superou seu próprio padrinho, e desfez-se de sete ministros em 12 meses, sendo seis demissões por suspeitas de irregularidades.

Viagens no Brasil foram por 13 estados

O novo estilo - mais voltado a assuntos técnicos do que propriamente políticos - deixou sem norte os que tinham em <u>Lula</u> uma referência. Com discurso sem apego popular, e com acessos de irritação visíveis em todas as cerimônias e reuniões, Dilma foi o inverso de seu padrinho.

Além do jeito menos carismático de se expressar foram cerca de 200 discursos no ano -, Dilma demorou a ganhar gosto por uma das paixões de Lula: as viagens. No Brasil, foram 13 estados, com concentração de compromissos em Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas. Em seu périplo, deixou de lado estados como Piauí, Tocantins e Goiás, vizinho ao Distrito Federal. No cenário internacional, a agenda foi intensificada no segundo semestre. Dilma andou por 15 países e introduziu rotina diferenciada da de Lula: o gosto pelo turismo, fazendo questão de conhecer museus, palácios, galerias e restaurantes.

Para 2012, a agenda prevê reuniões multilaterais, com grupos como G-20 no México, Brics na Índia, e <u>Mercosul</u> na Argentina. As bilaterais vão contemplar reunião com o presidente Barack Obama, para retribuir a visita do americano a ela este ano, e possivelmente uma visita a Cuba.

Aficionada por números, a presidente economista não se deu muito bem com eles em dois medidores de eficiência do país: crescimento e inflação. O descalabro fiscal do ano passado a impeliu a cortar gastos de R\$ 50 bilhões, reduzindo o ritmo do crescimento, o que, por contágio, acabou gerando demanda reprimida, aumentando a inflação.

Ao desembarcar em solo estrangeiro, levando na bagagem o trunfo de manter um crescimento positivo no Brasil, Dilma passou a ser ouvida pela comunidade internacional. A lição apregoada é a mesma: para sair da crise, os países devem apostar em medidas que gerem crescimento e não apenas contenção de despesas.

EDITORIA

Para o professor Ricardo Caldas, da UnB, o <u>Brasil</u>é ouvido no exterior justamente porque mantém seu <u>mercado</u> aquecido e é atrativo para os países que enfrentam retração. Por isso, Dilma pode ganhar ainda mais espaço.

No meio de todas as pendengas políticas e econômicas, Dilma conseguiu pôr de pé algumas das promessas de campanha, como o <u>Brasil</u> Sem Miséria; o Programa de Fortalecimento da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo do Útero e de Mama; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec); a Rede Cegonha; e o Plano <u>Brasil</u> Maior. Outro ponto positivo foi a criação da Comissão da Verdade e a Lei de Acesso às Informações Públicas. Outras, porém, ainda estão na intenção, como a aprovação do Fundo de Previdência dos Servidores Federais e da Lei Geral da Copa.

Ricardo Caldas avalia que neste primeiro ano de governo Dilma acumulou pontos positivos em termos políticos.

- Do ponto de vista político, ela foi vencedora porque conseguiu reverter a favor dela coisas delicadas, como a troca de ministros - disse. - No imaginário popular, ela agiu com firmeza e não compactua com a corrupção. Se vai continuar agindo assim no futuro, é outra questão.

No entanto, Caldas observa que esse ganho político pode se perder se houver problemas com a economia:

 No governo Lula, a prioridade era reduzir a inflação à menor possível. No governo Dilma, a preocupação é apenas deixá-la dentro da meta.



VEÍCULO DIÁRIO DE PERNAMBUCO

EDITORIA

TÍTULO

Após 4 anos, produtos da Gradiente voltam ao Brasil

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
VEICULAÇÃO
DE INTERESSE
NACIONAL

A partir do segundo trimestre deste ano, os consumidores que há quatro anos ficaram 'órfãos` da Gradiente, produtora de materiais eletrônicos como aparelhos celulares, voltarão a se animar. De acordo com o presidente da IGB Eletrônica (mesma companhia, novo nome), Eugênio Staub, em teleconferência exibida pela Folha de São Paulo, a empresa voltará ao mercado brasileiro, ainda que a passos curtos. "A empresa não está buscando a fatia que tinha antes no mercado, pelo menos nos primeiros anos", afirma.

O retorno se dará graças ao investimento, em R\$ 68 milhões, por parte do Fundo de Investimento em Participações

Enseada, composto por fundos de pensão da Petrobras e da Caixa Econômica Federal. A IGB arrendou a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (CBTD), que será responsável pela administração da marca Gradiente, e deve pagar R\$ 480,6 milhões em débitos (sendo R\$ 91 milhões junto à Receita Federal e R\$ 389,6 milhões junto a credores diversos). Parte do dinheiro deve vir do processo que a companhia move contra a <u>Superintendência</u> da <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u>, motivado por descumprimentos de acordos de negócios prévios, no valor de R\$ 235 milhões.



VEÍCULO UOL ÚLTIMAS NOTÍCIAS

EDITORIA

TÍTULO

Impostos: impacto tributário não deve ser reduzido neste ano

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO
DE INTERESSE
VEICULAÇÃO
NACIONAL

SÃO PAULO - O impacto tributário não deverá ser reduzido neste ano, por conta de algumas medidas tomadas pelo governo. "Se o governo não tomar cuidado - redução do consumo impactando na empregabilidade e na evolução do <u>PIB</u> (Produto Interno Bruto) em 2012 -, as previsões podem ser nada otimistas", avalia o o coordenador do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Santa Marcelina, Reginaldo Gonçalves.

Entre as medidas citadas pelo coordenador está o aumento da tabela do IR (Imposto de Renda), cujo reajuste foi de 4,5% no ano, ante os 6,5% da inflação. "Com o ajuste abaixo da inflação, o contribuinte passa a ter um ganho real fictício, se sua remuneração foi majorada", comenta Gonçalves.

Segundo Gonçalves, outra medida que pode afetar o impacto tributário neste ano é o estímulo para que as empresas que estavam na informalidade passem para a formalidade. "Isto inclui as empresas que estavam na informalidade, inclusive beneficiando as que estariam fora do Simples por não honrarem com os pagamentos dos tributos,

permitindo que continuem na formalidade, mas com débitos parcelados", comenta.

São Paulo

A terceira medida, de acordo com o coordenador, foi o fato de os governos estaduais irem na contramão da queda dos impostos, principalmente aqueles beneficiados pela redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). "O governo de São Paulo, por exemplo, está majorando o IVA (Índice de Valor Adicionado), que é aplicado indiretamente nos impostos devidos pelo consumidor, mas sobre aqueles que intermediam a operação, ou seja, o comércio em geral", explica.

Segundo Gonçalves, com o aumento, o consumidor final pagará mais impostos e, certamente, aumentará a arrecadação. Em São Paulo, a medida atingirá todos os segmentos hoje obrigados a recolher os impostos por substituição tributária e deverá finalizar os reajustes até o final de julho de 2012.



VEÍCULO MANAUS ON LINE

MANAUS ON LINE

SUFRAMA convoca candidatos para unidades descentralizadas

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO
DE INTERESSE
VEICULAÇÃO
NACIONAL

Por Andrés Pascal, <u>Superintendência</u> da <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u>

segunda-feira, 2 de janeiro de 2012

Os 27 candidatos aprovados no concurso da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) para atuarem no cargo de Agente Administrativo nas unidades descentralizadas da autarquia têm até o dia 21 de janeiro para tomarem posse. Convocados no dia 23 de dezembro de 2011, os concursados precisam apresentar a documentação necessária e realizarem os exames exigidos pela instituição.

Os candidatos aprovados atuarão nas sedes da <u>SUFRAMA</u> em Porto Velho, Ji-Paraná e na Área de Livre <u>Comércio</u> de Guajará-Mirim, ambas em Rondônia (RO), em Boa Vista (RR), na Área de Livre <u>Comércio</u> de Macapá e Santana (AP) e em Rio Branco (AC). A lista segue rigorosamente a ordem geral de classificação das localidades para onde os candidatos foram aprovados no concurso da autarquia realizado em 2008.

A Coordenadoria Geral de Recursos Humanos da <u>SUFRAMA</u> (CGRHU) alerta para a proximidade no término do prazo, e coloca o serviço social do setor à disposição dos candidatos para todo tipo de esclarecimento. O número de contato e (92) 3321-7192, e, por intermédio dele, é possível realizar o agendamento na junta médica para a entrega dos exames.

A lista de documentos e exames exigidos para a posse dos aprovados está disponível no site da autarquia. (http://www.**Suframa**.gov.br/**Suframa**_EditalConcurso.cfm).

FDITORIA

Lista dos convocados

Conforme a Portaria nº 403 do <u>Ministério</u> do <u>Desenvolvimento</u>, Industria e <u>Comércio</u> Exterior (<u>Mdic</u>) de 23 de dezembro de 2011, os convocados para atuarem em Guajará-Mirim, RO, são: Rosiane Carvalho de Jesus, Gustavo Carvalho de Souza, Luciano Camelo da Silva, Tania Maria Pereira Monteiro (Guajará-Mirim, RO). Para Macapá e Santana (AP), foram convocados Weber de Sá Diniz, Jaciara da Silva Cordeiro, Karina Pingarilho Paschoalin Castro.

Para Ji-Paraná (RO), foram aprovados Patrícia Ribeiro Furtunato, Maria Elvira Oliveira Azambuja, Mariano Ribeiro Rodrigues, Sheila Graziela Albuquerque de Farias, Flávio Guilherme Morais da Silva, Cyro Freitas Uchôa, Fernanda Lemos Ribeiro, Junia Batista Heringer, Lilian Viana Fonseca e Éder Maik Silva Naim. Para Rio Branco (AC), foram nomeados Wenderson da Silva Gomes, Diana Dalva Teixeira e William da Silva Barros.

Os nomeados para a capital rondoniense são: Rosana Alves Feitosa, Weverton Rodrigues Cardoso, Edinaldo Oliveira de Almeida e Gudemberg de Oliveira Rita. Roberto da Costa Diniz e Daniel Haggi Folhadela foram nomeados para Boa Vista (RR).



VEÍCULO VALOR

TÍTULO

Infraestrutura sustenta o investimento da indústria

ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO ENFOQUE

DE INTERESSE

VEICULAÇÃO NACIONAL

FDITORIA

A decisão do Governo Federal de acelerar o ritmo das obras públicas em 2012 e os projetos de infraestrutura relacionados com a Copa do Mundo e Olimpíada levam uma parte expressiva da indústria a planejar aumento ou manutenção dos investimentos neste ano. Oito de nove setores consultados pelo Valor - que representam 50% do valor da produção da indústria de transformação - indicaram essa intenção mesmo após a desaceleração da atividade fabril ao longo de 2011

Infraestrutura faz indústria planejar alta do investimento

Por Tainara Machado | De São Paulo

A estagnação da **produção** industrial em 2011 conteve os investimentos que alguns setores industriais haviam planejado no fim de 2010. Para 2012, contudo, oito de nove setores industriais consultados pelo Valor manutenção ou aumento do volume de desembolsos em projetos de ampliação ou modernização da produção - juntos, esses segmentos representam metade do valor da produção indústria de transformação. Máquinas, auímicos. materiais automóveis, autopeças, de construção eletroeletrônicos estimam aumento dos investimentos, enquanto no setor de alimentação e de mobiliário o quadro é de estabilidade e em calçados, os planos vão depender do efeito de medidas implementadas ou anunciadas pelo governo.

Parte da indústria aposta na sinalização dada pelo governo de que o investimento público deve ser retomado e na necessidade de infraestrutura para sediar a Copa do Mundo e a Olimpíada nos próximos anos como garantia de que haverá demanda crescente e que, portanto, não há motivo para revisar investimentos programados. Para outros segmentos, as perspectivas são menos otimistas, pois jogam contra esse cenário o nível confortável de utilização da capacidade instalada, a deterioração prevista para o cenário externo, que deve levar a Europa à recessão, e a competição com importados.

Entre os setores que veem um ambiente desafiador nos próximos anos está o de bens de capital, sensível à demanda por ampliação da capacidade instalada de outras áreas da economia. Para Mario Bernardini, assessor econômico da presidência da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), 2011 foi decepcionante, pois havia a percepção de que o governo daria prioridade aos investimentos. "Com as promessas do governo, prevíamos crescimento real de 10% do faturamento no setor de bens de capital", afirmou. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), até outubro, as vendas do setor, descontada a inflação, cresceram 5,9% ante igual período de 2010.

O avanço aquém da expectativa fez com que as intenções de investimento declaradas no início de cada ano pelas empresas do setor caíssem de R\$ 8 bilhões em 2010 para algo entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões em 2011. Bernardini ressalta, no entanto, que a execução pode ter decepcionado.

Para 2012, o assessor não espera um período brilhante, com início fraco e gradual aceleração ao longo do ano. A previsão da Abimaq é de que os investimentos aumentem entre 5% e 6%, o suficiente para recompor o crescimento da demanda.

Para a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), a perspectiva não é muito mais animadora. Em 2011, segundo projeção da associação, o setor investiu 20% menos em relação aos R\$ 550 milhões alocados em 2010. Para a indústria de calçados, o problema não é apenas o resfriamento da demanda, mas a forte concorrência com os importados.

Algumas medidas já anunciadas, "se concretizadas", afirma Milton Cardoso, presidente da Abicalçados, podem melhorar o perfil de investimento neste ano. Ações como a desoneração da folha de pagamentos, dentro do Plano Brasil Maior, e das exportações, com o Reintegra, podem elevar a competitividade do setor. Mas é o patamar do câmbio que será determinante, na avaliação de Cardoso, para que empresários decidam ou não adiar investimentos.

Na indústria química, a preocupação com o aumento da concorrência com produtos <u>importa</u>dos também dá o tom das previsões para 2012. A queda de 2,7% na <u>produção</u>, de acordo com a diretora de economia e estatística da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fátima

Ferreira, levou a uma redução de 10% no total de inversões pelo setor na passagem de 2010 para 2011.

Fátima explica que o setor, por ser intensivo em capital, não costuma cancelar projetos em andamento, mas afirma que o agravamento da crise internacional e o acirramento da perda de competitividade podem influenciar na decisão de novos investimentos. Ainda assim, a previsão da Abiquim é de desembolso de US\$ 4,8 bilhões em 2012, quase dobrando o montante investido no ano passado, estimado em US\$ 2,6 bilhões. Por enquanto, a diretora não acredita que esses projetos serão adiados, mas não descarta, se a situação deteriorar, que as empresas passem a trabalhar em ritmo mais lento.

Para Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Elétrica e Eletrônica (Abinee), o problema é que a perda de competitividade tem levantado questionamentos das empresas, na hora de decidir onde investir, sobre a viabilidade de se continuar a produzir no Brasil. "É um setor que tem **produção** internacional, e portanto analisa em quais países é mais viável fazer investimentos", afirmou. A Abinee, após um recuo de 15% nas inversões observadas em 2011, vê recuperação neste ano, com crescimento de 13%, para R\$ 3,4 bilhões. Barbato minimiza os números, ao afirmar que esse montante representa 2% do faturamento, menos do que a média, entre 3% e 4%, e deve se concentrar na atualização do atual parque industrial, e não na construção de novas plantas.

No setor de material de construção, as intenções de investimento já caíram, mas seguem em alto patamar. De acordo com Walter Cover, presidente da Associação Brasileira de Materiais de Construção (Abramat), a entidade faz todos os meses uma pergunta a seus associados sobre as intenções de investimento para os próximos 12 meses. Em setembro, 77% pretendiam investir (considerando projetos novos e já em execução), patamar que em novembro passou a 72%.

"Do nosso ponto de vista, não houve desaceleração tão grande do investimento, porque há pontos positivos que indicam manutenção e crescimento do <u>mercado</u>. Por isso, os números de investimento ainda são fortes", disse.

O segmento é um dos que vê no governo garantia de demanda constante, pois tende a ser beneficiado pelo reforço do investimento público, que no último ano cresceu em passo mais lento devido ao contigenciamento de despesas. O presidente da Abramat ainda ressalta que, para o setor, é

<u>importa</u>nte o ganho de renda com o aumento real de 7,5% do salário mínimo em 2012.

A estimativa é que o setor tenha registrado crescimento real de 4% em 2011 e avance entre 4% a 5% neste ano, embora "mais perto de repetir a performance do ano passado do que acelerar o crescimento", segundo Cover.

Para a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia), que não coleta informações sobre investimentos de seus associados, o setor não deve aumentar inversões neste ano, mas também não há a perspectiva de que projetos sejam adiados. Para Denis Ribeiro, diretor do departamento de economia e estatística da Abia, este é um segmento em que a demanda tem pouca elasticidade e o cenário global conturbado interfere menos nas decisões da indústria.

Para a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o setor continua otimista com o mercado doméstico e com a possibilidade de ter o Brasil como plataforma de exportação de veículos. A Anfavea trabalha com um plano de investimento de US\$ 22 bilhões entre 2011 e 2015 em novas plantas e no desenvolvimento de produtos e inovação. Para a Anfavea, como o setor não olha exercício por exercício para tomar decisões, pois os projetos são de longo prazo, a crise global pouco afeta os planos.

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), Paulo Butori, acredita que o investimento no setor, ainda que crescente, está aquém do que seria necessário para acompanhar o fôlego das montadoras. Em 2011, a estimativa é de que inversões tenham somado US\$ 2 bilhões, ante US\$ 1,5 bilhão em 2010. Neste ano, o total passará, segundo projeção do Sindipeças, para US\$ 2,5 bilhões, um avanço de 25%.

Para Mario Bernardini, assessor da Abimaq, o atual ritmo de crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, ou a medida das contas nacionais do que se investe em construção civil e bens de capital) é insuficiente para elevar a taxa de investimento, hoje em 20% do Produto Interno Bruto (<u>PIB</u>). Bernardini avalia que o segmento de bens de capital teria que crescer 10% ao ano para que a taxa alcançasse a meta do governo, de 22,4% até 2014.

CGCOM / <u>Suframa</u> 6 / 15



País canta com a menor taya da história		
	Τίτυιο	
	VALOR	
	VALOR	
	VEÍCULO	EDITORIA

País capta com a menor taxa da história

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO
DE INTERESSE
NACIONAL

O Brasil, por meio do Tesouro Nacional, realizou ontem a primeira operação em dólares do mercado internacional do ano, com a reabertura do bônus de 10 anos, o Global 2021, e pagou a menor taxa da história (3,449% ao ano), captando US\$ 750 milhões. O prêmio da emissão, porém, ficou um pouco superior ao da reabertura anterior do mesmo papel. Em julho de 2011, foram captados US\$ 550 milhões com esse bônus, com um "spread" sobre o título americano de 105 pontos básicos. Ontem, o prêmio foi de 150 pontos. A explicação é que hoje os prêmios de risco estão altos para todos os países e os títulos do governo americano estão em patamares muito baixos. Além disso, o Brasil tem conseguido as melhores taxas entre os emergentes

Tesouro capta pela menor taxa da história Por Fernando Travaglini | De São Paulo

Sem depender das captações externas para financiar a dívida - como ocorria no passado - e com as contas fiscais em ordem, o governo brasileiro tem se destacado no segmento de dívida soberana. Ontem, o Tesouro Nacional realizou a primeira operação em <u>dólar</u>es do <u>mercado</u> internacional do ano, com a reabertura do bônus de 10 anos, o Global 2021, e pagou a menor taxa da história (3,449% ao ano) para um papel já emitido pelo Tesouro.

O prêmio da emissão, no entanto, ficou um pouco superior à reabertura do mesmo papel feita no ano passado. Em julho de 2011, o governo brasileiro captou US\$ 550 milhões com esse mesmo bônus, pagando um "spread" sobre o título americano de mesmo vencimento de 105 pontos bases. Desta vez, o prêmio foi de 150 pontos.

A justificativa é que hoje os prêmios de risco estão mais altos para todos os países e os papéis do governo americano estão em patamares muito baixos, devido à política de afrouxamento monetário do país. Além disso, na comparação com outros emergentes, o <u>Brasil</u> tem conseguido as melhores taxas. O México, por exemplo, também realizou uma operação de 10 anos, ontem, mas pagando um prêmio superior ao brasileiro (180 pontos básicos de spread).

O desempenho dos bônus nacionais nos <u>mercado</u>s secundários também tem sido positivo. O retorno para o investidor (yield) do bônus de 10 anos brasileiro - Global 2021 - caiu de 4,6%, no início do ano, para 3,38% hoje. Vale lembrar que o cupom desse título (remuneração de face) é de 4,875% ao ano.

A estratégia do governo brasileiro tem sido a de aproveitar janelas de <u>mercado</u> para fechar operações pontuais, mas na melhor condição possível. Com isso, o Tesouro tem feito lançamentos com taxas sempre decrescentes, conseguindo reduzir seu custo de captação de 10 anos no exterior em mais de 100 pontos básicos ao longo de 2011, mesmo com a piora da crise financeira internacional.

A consequência indireta dessa estratégia é a melhora da condição de captação também para as empresas. Afinal, as condições de captação do Tesouro servem de referência também para operações do setor privado.

A queda do prêmio sobre os papéis brasileiros contrasta com o custo pago pelas grandes economias europeias. A Itália, por exemplo, tem emitido dívida soberana com juros próximos a 7% ao ano para títulos de dez anos, enquanto a reabertura do bônus da República do **Brasil** com vencimento em 2021, ontem, pagou metade disso.

A transação superou as expectativas. Na abertura do negócio, na manhã de ontem, o <u>Brasil</u> pretendia captar US\$ 500 milhões, pagando um spread em torno de 160 pontos básicos. A emissão foi liderada pelos bancos BNP Paribas e Itaú BBA, com coliderança da BB Securities.

A demanda pelo papel brasileiro também surpreendeu e chegou a US\$ 3,6 bilhões. Ainda assim, o Tesouro Nacional preferiu captar apenas US\$ 750 milhões para garantir a qualidade da operação e ter um melhor desempenho dos papéis do secundário - <u>importante</u> para garantir que empresas brasileiras aproveitem o momento para também captar a taxas baixas.

Durante a madrugada, o <u>Brasil</u> realizará uma nova rodada no <u>mercado</u> asiático (green shoe), que deve atingir o total esperado de mais 10% do volume já captado (US\$ 75 milhões), levando o total captado para US\$ 825 milhões.

Essa estratégia é possível pois o país não depende desses recursos para financiar sua dívida. A necessidade de financiamento no exterior está atrelada apenas ao papel institucional de abrir <u>mercado</u>s e estabelecer patamares de juros (a chamada curva de juros) para balizar operações de empresas brasileiras. As obrigações do Tesouro no <u>mercado</u> externo somam menos de US\$ 50 bilhões, com vencimentos neste ano bastante reduzidos, da ordem de US\$ 2,8 bilhões.

O governo se beneficiou ontem, também, de um dia bastante positivo para os <u>mercado</u>s, com forte alta das bolsas e queda do <u>dólar</u> frente as moedas internacionais. A menor aversão ao risco foi puxada por dados melhores do que o esperado da atividade das principais economias do mundo: Estados Unidos, China e Alemanha.

Nesse ambiente e com o sucesso da captação brasileira, a expectativa é de que as companhias nacionais aproveitem o atual momento de otimismo do mundo para

buscar recursos no exterior, antes que novas notícias negativas elevem novamente a aversão ao risco. Entre as candidatas estão a Petrobras e a Vale, além dos grandes bancos brasileiros. Emissões de países emergentes também são esperadas para os próximos dias, como Colômbia, Peru, Rússia e Filipinas.

Mas a janela continua restrita, a exemplo do que aconteceu no segundo semestre do ano passado, às empresas de primeira linha e ainda limitado ao apetite de risco dos investidores internacionais. Os investidores iniciaram o ano bastante desalavancado, depois de um fim de ano bastante negativo e a atual janela deve se prolongar pelos próximos dois dias, na expectativa dos dados de novas contratações da economia americana (payroll), que será divulgado na sextafeira. Se os dados saírem positivos como apontam os analistas, o período de estabilidade pode se estender por mais uma semana.

CGCOM / <u>Suframa</u> 8 / 15



VEICULO		
VAL	ЭR	

TÍTULO

Indústria deve ficar forte só no 2° semestre, diz Kupfer

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE
NACIONAL

Por João Villaverde | De Brasília

A indústria brasileira vai fazer em dois anos o que poderia, e deveria, ter feito em um. Apenas entre o fim deste ano e o início de 2013 é que a produção industrial vai atingir o nível em que deveria estar neste momento. Essa é a avaliação do economista David Kupfer, professor da UFRJ e um dos principais especialistas em indústria do país. Além de sua posição de destaque no debate sobre o tema, no Brasil, Kupfer também assumiu, este mês, a função de assessor econômico do Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Já está, desde ontem, trabalhando na sede do banco, no Rio de Janeiro, de onde falou, pela primeira vez depois de assumir o cargo, ao Valor.

"Já que assistimos a uma parada, um tranco, em 2011, vamos aproveitar 2012 para arrumar a casa, e, assim, dar condições para um crescimento forte em 2013. É fundamental que aproveitemos essa chance de reduzir o custo do capital, por meio dos cortes nas taxas de juros, e que a taxa de câmbio permaneça em patamares mais desvalorizados, como está hoje", afirma Kupfer, para quem o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano ficará próximo a 3,5%, resultado principalmente do consumo das famílias. "O consumo das famílias é o polo dinâmico da economia brasileira. É o que ocorre conosco, de maneira firme e sustentável, desde 2007, e será ainda mais verdade em 2012", diz.

Segundo Kupfer, o saldo comercial não precisa mais ser tão elevado. "Macroeconomicamente não precisamos de um saldo de US\$ 30 bilhões", diz o economista, em referência ao superávit de US\$ 29,8 bilhões registrado em 2011. "Podemos ter saldos de US\$ 5 bilhões a US\$ 8 bilhões por ano sem nenhum custo. Podemos ter uma balança comercial mais equilibrada, para irmos às compras de mais tecnologia e de mais empresas no exterior", diz. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Qual é o caminho da economia brasileira em 2012?

David Kupfer: O consumo das famílias é o polo dinâmico da economia brasileira. É o que ocorre conosco, de maneira firme e sustentável, desde 2007, e será ainda mais

verdade em 2012. O consumo puxou o forte ciclo de investimentos na economia, que foi cortado com a crise mundial, no fim de 2008. O ano de 2010 foi um espasmo, e 2011 foi o lado contrário deste movimento, o antiespasmo. Mas isso pelo lado dos investimentos, porque o consumo das famílias continuou e continua forte, rigorosamente segurando a economia. A missão da indústria e dos investimentos, em 2012, será diferente daquela que terá o consumo, impulsionado pelo crédito, crescente, e pelo salário mínimo.

FDITORIA

Valor: Que missão será esta?

Kupfer: Já que assistimos a uma parada, um tranco, em 2011, vamos aproveitar 2012 para arrumar a casa, e, assim, dar condições para um crescimento forte em 2013. É fundamental que aproveitemos essa chance de reduzir o custo do capital, por meio dos cortes nas taxas de juros, e que a taxa de câmbio permaneça em patamares mais desvalorizados, como está hoje. Isso dará condições para investimentos cruciais para 2012, que devem ser concentrados em infraestrutura. O que vai carregar 2012, em uma visão realista, é o investimento em portos, energia, petróleo e construção residencial. Se isso, que chamo de lição de casa, funcionar bem, com melhora mês a mês dos investimentos, que passarão a crescer acima do PIB, daremos um excelente sinal para 2013.

Valor: A indústria brasileira passou todo o ano de 2011 no centro da política econômica, com o programa <u>Brasil</u> Maior, as medidas protecionistas na indústria automobilísticas e os incentivos aos fabricantes de eletrodomésticos. A <u>produção</u>, ainda assim, foi menos de 1% maior que em 2010. O que ocorre?

Kupfer: A **produção** da indústria de transformação deve ter sido 0,7% ou 0,8% maior que em 2010. É muito pouco. A fraqueza da indústria vai continuar neste primeiro semestre, melhorando apenas a partir de junho ou julho. Vamos fazer em dois anos o que deveríamos fazer em um. O ano de 2011 não foi apenas ruim, mas foi o ano de reversão das expectativas, o que causa impacto também em 2012. A economia brasileira e a indústria em especial começou o ano passado se preparando para um **PIB** de 5%, e isso era o que efetivamente estava ocorrendo no primeiro trimestre. Tanto é

que o governo continuou apertando as medidas macroprudenciais em abril, e a elevação dos juros foi até julho. Depois, tudo estourou.

Valor: Esse pé no freio, no entanto, não afetou a importação de insumos ou mesmo a contratação de trabalhadores?

Kupfer: Exatamente, o que é muito positivo. A economia brasileira não é propriamente <u>importa</u>dora de bens finais, porque há um costume nacional de adquirir bens "made in Brazil". O que fazemos, e de maneira crescente, é a <u>importaç</u>ão de bens semimanufaturados, de partes e peças para a <u>produção</u>. Aquela euforia de 2010 e começo de 2011 mudou de lado, rápida e pesadamente, e a indústria passou a desovar os estoques. Ainda estamos vivendo esse processo, isto é, não há grandes contratações, mas também as demissões estão descartadas, porque há uma aposta que o momento em que os estoques acabarem será justamente quando o <u>PIB</u> voltará a acelerar, no fim do primeiro semestre deste ano.

Valor: A contínua <u>importaç</u>ão, por parte da própria indústria, então, é um bom sinal?

Kupfer: É claro que sim. Para constituirmos uma indústria avançada, forte e ramificada precisamos estar sempre na vanguarda da tecnologia e isso passa pela importação de conteúdo intermediário. Não podemos entender que toda a importação rouba a produção de um semelhante nacional. Se essa visão imediatista e egocêntrica predominar vamos acabar caindo em um protecionismo desvairado, que é a antipolítica industrial.

Valor: O que o sr. achou da decisão de elevar em 30 pontos percentuais o IPI para veículos com menos de 65% de conteúdo nacional?

Kupfer: A exigência de um patamar mínimo elevado de conteúdo local [como contrapartida para incentivos do governo] não deve ser um fim, mas um meio de atingir o verdadeira objetivo de qualquer política industrial eficiente, que é o de difundir investimentos maciços em inovação e novas tecnologias. É fundamental essa diferenciação. Mas é claro que certo patamar de conteúdo local precisa ser cobrado, de

forma a incentivar a indústria nacional a se modernizar. As políticas recentes do governo têm isso, como o **Brasil** Maior.

Valor: Mas não seria <u>importa</u>nte ir além dos incentivos?

Kupfer: Sem dúvida. Os instrumentos utilizados são os mesmos que trabalhamos no PND II [Programa Nacional de **Desenvolvimento** II, lançado durante o governo de Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, que fomentou a criação da indústria petroquímica nacional]. Isto é, incentivos tributários e de financiamento, aliado ao poder de compra do Estado, são **importa**ntes para criar novos setores, não para modernizar aqueles que aqui estão. Precisamos de uma nova geração de instrumentos em política industrial, algo que o **Brasil** é certamente capaz de fazer, visto que o mundo inteiro, depois da crise, passou a entender a importância de uma política industrial, e passou a procurar os especialistas brasileiros para discutir.

Valor: Esse intercâmbio internacional, portanto, deve se ampliar?

Kupfer: É algo que precisamos. Precisamos nos integrar internacionalmente de forma mais ampla. Não precisamos mais de grandes saldos comerciais, devemos nos aproveitar de uma menor premência do saldo.

Valor: Qual a referência?

Kupfer: Macroeconomicamente não precisamos de um saldo de US\$ 30 bilhões. Podemos ter saldos de US\$ 5 bilhões a US\$ 8 bilhões por ano sem nenhum custo, porque contamos com enormes reservas internacionais [US\$ 352 bilhões, segundo o Banco Central], que podem ser acionadas caso tenhamos qualquer problema. Podemos ter uma balança comercial mais equilibrada, para irmos às compras de mais tecnologia e de mais empresas no exterior. Seria uma forma, também, de abrirmos portas diplomáticas, para construção futura de superávits.

CGCOM / <u>Suframa</u> 10 / 15



VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP

TÍTULO

Nota fiscal em Rondônia

ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO NACIONAL

Brain já atendeu mais de 250 empresas desde a criação, em 2000

Oriundos da área acadêmica, os sócios criadores da consultoria **Brasil** Inovação (Brain) viram uma oportunidade de ajudar as empresas na busca por financiamento, em 2000.

"Queríamos nos tornar um elo entre os recursos e as companhias", afirma Alexandre Pauperio, diretor da Brain. Hoje, as principais fontes de capital são a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

"No caso da Softwell, por exemplo, os recursos vieram da Finep, CNPq, do Banco Mundial e até da multinacional IBM." A Brain já atendeu mais de 250 empresas de nanotecnologia, engenharia, petroquímica, biotecnologia e transportes. "A nossa ideia é capacitá-las e depois deixá-las andando com suas próprias pernas."

FDITORIA

O governo de Rondônia selecionou a baiana Softwell Solutions para desenvolver o projeto "Nota Fiscal Legal". A iniciativa, lançada às vésperas do Natal, temo intuito de modernizar o sistema fiscal estadual, aumentara arrecadação, combater a sonegação fiscal e melhorar o controle interno tributário. "Se fosse outra linguagem,o governo não teria condições de lançar o programa no prazo", diz Nilton Nascimento, diretor de assuntos estratégicos da Softwell.



VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA

EDITORIA

TÍTULO

Candidatos aprovados para unidades descentralizadas da <u>Suframa</u> são convocados

ORIGEM

INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO NACIONAL

Concursados precisam apresentar a documentação necessária e realizarem os exames exigidos pela instituição, para serem empossados

Manaus, 03 de Janeiro de 2012

ACRITICA.COM

Até o próximo dia 21 de janeiro, os 27 candidatos aprovados no concurso da <u>Superintendência</u> da <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u> (<u>Suframa</u>), para atuarem no cargo de Agente Administrativo nas unidades descentralizadas da autarquia, devem tomar posse.

Convocados no último dia 23 de dezembro de 2011, os concursados precisam apresentar a documentação necessária e realizarem os exames exigidos pela instituição.

Os candidatos aprovados atuarão nas sedes da <u>Suframa</u> em Porto Velho, Ji-Paraná e na Área de Livre <u>Comércio</u> de Guajará-Mirim, ambas em Rondônia (RO), em Boa Vista (RR), na Área de Livre <u>Comércio</u> de Macapá e Santana (AP) e em Rio Branco (AC). A lista segue rigorosamente a ordem geral de classificação das localidades para onde os candidatos foram aprovados no concurso da autarquia realizado em 2008.

A Coordenadoria Geral de Recursos Humanos da **Suframa** (CGRHU) alerta para a proximidade no término do prazo, e coloca o serviço social do setor à disposição dos candidatos para todo tipo de esclarecimento.

O número de contato é o (92) 3321-7192, e, por intermédio dele, é possível realizar o agendamento na junta médica para a entrega dos exames.

A lista de documentos e exames exigidos para a posse dos aprovados está disponível no site da autarquia: www.**Suframa**.gov.br

Convocados

Conforme a portaria n° 403 do <u>Ministério</u> do <u>Desenvolvimento</u>, Industria e <u>Comércio</u> Exterior (<u>Mdic</u>) de 23 de dezembro de 2011, os convocados para atuarem em Guajará-Mirim, RO, são: Rosiane Carvalho de Jesus, Gustavo Carvalho de Souza, Luciano Camelo da Silva, Tania Maria Pereira Monteiro (Guajará-Mirim, RO).

Para Macapá e Santana (AP), foram convocados Weber de Sá Diniz, Jaciara da Silva Cordeiro, Karina Pingarilho Paschoalin Castro.

Para Ji-Paraná (RO), foram aprovados Patrícia Ribeiro Furtunato, Maria Elvira Oliveira Azambuja, Mariano Ribeiro Rodrigues, Sheila Graziela Albuquerque de Farias, Flávio Guilherme Morais da Silva, Cyro Freitas Uchôa, Fernanda Lemos Ribeiro, Junia Batista Heringer, Lilian Viana Fonseca e Éder Maik Silva Naim. Para Rio Branco (AC), foram nomeados Wenderson da Silva Gomes, Diana Dalva Teixeira e William da Silva Barros.

Os nomeados para a capital rondoniense são: Rosana Alves Feitosa, Weverton Rodrigues Cardoso, Edinaldo Oliveira de Almeida e Gudemberg de Oliveira Rita. Os nomeados para Boa Vista (RR) foram Roberto da Costa Diniz e Daniel Haggi Folhadela.



VEÍCULO PORTAL D24AM

TÍTULO

Amazonas terá 2,7 mil vagas em concursos públicos no primeiro semestre

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO
DE INTERESSE
NACIONAL

O maior número de vagas é para a Prefeitura de Iranduba, com 739 e remuneração que varia entre R\$ 575,40 e R\$ 2.071,73. Os maiores salários são para a Prefeitura de Coari

<u>Manaus</u> - Os concurseiros de plantão já podem se preparar. O <u>Amazonas</u> terá cerca de 2,7 mil postos em certames já confirmados e outros tidos como certos pelas próprias instituições. O maior número de vagas é para a Prefeitura de Iranduba, com 739 e remuneração que varia entre R\$ 575,40 e R\$ 2.071,73. As inscrições foram prorrogadas até 12 de janeiro.

O concurso público local com o maior salário é o da Prefeitura de Coari, para recrutar médicos de diversas especializações. Os interessados têm até o dia 10 de janeiro para se inscrever e tentar a chance de receber um salário mensal de R\$ 17.496,40 (teto).

A Prefeitura de Tabatinga também está com processo seletivo público em aberto até o dia 16 de janeiro. Com 439 vagas para guardas municipais, psicólogos e pediatras, dentre outros, os salários vão de R\$ 545 a R\$ 4.300.

A Universidade Federal do <u>Amazonas</u> (Ufam), abriu 45 vagas para professores, nas áreas humanas, biológicas e exatas. As inscrições duram até 11 de janeiro e o salário varia de R\$ 1.518,63 a R\$ 6.722,85.

Outros concursos bastante esperados para 2012, mas ainda sem editais lançados são os da Universidade Estadual do <u>Amazonas</u> (UEA), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal de Justiça do Estado do <u>Amazonas</u> (TJAM) e <u>Superintendência</u> da <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u> (<u>Suframa</u>).

A Uea informou no fim de 2011 que ainda em janeiro deste ano publica edital para a contratação de 330 professores. Já o TCE deve abrir 30 vagas para engenheiros civis e analistas de sistemas.

As expectativas são grandes também para o certame do TJAM, cuja previsão é para a geração de 479 vagas e salários até R\$ 6.785,49, em postos como auxiliar judiciário e comunicação.

A <u>Suframa</u>, que recentemente convocou aprovados no concurso público feito pela autarquia em 2008, informou que ainda possui uma demanda de 180 vagas a serem preenchidas. Apesar de ainda não ter previsão de lançamento do edital, a estimativa é que o processo seja realizado em 2012.

FDITORIA

Espera

O início deste ano foi de boas notícias aos concursados em 2011, pois a maioria das instituições já sinalizam a convocação para, pelo menos, antes do fim do 1° semestre.

A Secretaria Municipal de Educação (Semed), por exemplo, na próxima semana deve começar a chamar os aprovados no último processo da pasta, que disponibilizou 1.146 vagas.

A Secretaria de Estado da <u>Produção</u> Rural (Sepror) informou que até o dia 31 de janeiro vai finalizar a etapa da prova de títulos, mas ainda não confirmou a data da convocação. Já os 5.888 aprovados no certame da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) devem ser chamados em janeiro, com previsão do início das atividades junto com o ano letivo de 2012, em fevereiro.

Os 132 concursados da Assembleia Legislativa do Estado do <u>Amazonas</u> (Aleam) contam com a previsão para a nomeação ainda neste mês e podem assumir já em 1° de fevereiro.

País

Somente no primeiro semestre de 2012, estão previstas mais de 14,6 mil vagas nos principais certames nacionais e locais, em todos os níveis de escolaridade.



veículo TRIBUNA DA BAHIA

TÍTULO

Faltam técnicos para telecomunicações

ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO NACIONAL

FDITORIA

Operadoras de telefonia e fabricantes de equipamentos de telecomunicação começam a enfrentar, além da escassez de engenheiros, falta de mão de obra técnica.

São instaladores de cabos, operadores de redes e projetistas de infraestrutura que não são formados em volume suficiente. Estimativas apontam que o deficit será de 15,5 mil profissionais a partir deste ano, considerando operadoras de telefonia fixa e móvel, de infraestrutura de internet e fabricantes de equipamentos. O problema é considerado grave especialmente diante do aumento nos projetos de telefonia de quarta geração (4G) e de expansão das redes de banda larga previstos para o próximo ano. A falta de técnicos é superior à de engenheiros de telecomunicações, estimada em 10 mil profissionais.

A Ericsson, que fabrica equipamentos para infraestrutura de telecomunicações, viu sua força aumentar 84% nos últimos 18 meses.

Os 3.800 técnicos em instalação e integração de redes saltaram para mais de 7.000. Ainda assim, quase mil posições continuam em aberto.

"Além de ser difícil encontrar profissionais qualificados, sentimos a alta rotatividade de quem já está na empresa", afirma Eduardo Ricotta, vice-presidente da Ericsson Brasil.

A operadora GVT tem encontrado dificuldades para recrutar mão de obra principalmente no Nordeste, onde não há grande volume de técnicos qualificados, e também no Sul, onde os que existem já estão empregados.

"Competimos com o setor da construção civil, que está aquecido em salários e também precisa de técnicos em cabos e instalação elétrica", diz Gustavo Gachineiro, vice-presidente de Recursos Humanos da GVT. A empresa deve precisar de pelo menos mais 1.600 técnicos em 2012, que deverão se somar a 4.000 deles empregados atualmente.

Gradiente deve voltar às lojas

Marca será controlada por nova companhia e terá ações negociadas na Bolsa de Valores de SP ainda este ano Atuais acionistas da IGB (antiga Gradiente) poderão trocar papéis pelos novos em uma oferta pública de ações Os

produtos Gradiente voltarão ao <u>mercado</u> no segundo trimestre deste ano, após quatro anos da interrupção da <u>produção</u> da marca e alguns adiamentos no prazo.

De acordo com o presidente da IGB Eletrônica (antiga Gradiente), Eugênio Staub, a marca ressurgirá com um faturamento inicial esperado bem abaixo do já registrado pela empresa. Ele não informou, porém, que produtos a Gradiente venderá. "O plano de negócio é muito conservador. A empresa não está buscando a fatia que tinha antes no mercado, pelo menos nos primeiros anos", afirmou. A marca será operada agora pela CBTD (Companhia Brasileira de Tecnologia Digital), cujo controle será divido entre os atuais acionistas da IGB e o Fundo de Investimento em Participações Enseada, que injetará R\$ 68 milhões na nova companhia.

O FIP é composto pelos dois fundos de pensão de estatais Petros (da Petrobras) e Funcef (Caixa), pela agência de fomento Afeam, do <u>Amazonas</u>, e pela fabricante de componentes Jabil, dos EUA. Uma vez feito esse aporte, o fundo terá 60% da nova empresa. Os outros 40% serão da HAG (Holding dos Acionistas da Gradiente), que será controladora da IGB. Até março, a HAG entrará com pedido de abertura de capital na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e quer que suas ações sejam negociadas no Novo <u>Mercado</u>. Em seguida, fará um pedido de registro de oferta pública de ações (OPA), que vai permitir a troca de papéis da IGB por ações da HAG, na proporção de uma ação para dez. A operação, porém, vai exigir o pagamento de R\$ 0,025 por ação emitida.

A IGB arrendou a marca Gradiente e outros ativos à CBTD. Com isso, pagará integralmente os R\$ 389,6 milhões em débitos com credores, além de uma dívida de R\$ 91 milhões com a Receita.

Para a reestruturação, a empresa conta ainda com o recebimento de até R\$ 235 milhões em processo contra a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Formação insuficiente

A análise dos números dos principais centros de formação do país mostra que a oferta de profissionais técnicos em telecomunicações é pequena quando comparada às necessidades do setor.

O Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) registra por ano 1 milhão de matrículas em 50 carreiras.

No Estado de São Paulo, onde está a principal demanda por profissionais, entretanto, formam-se por ano apenas 1.000 técnicos em telecomunicações. Segundo estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), nos últimos

11 anos o salário da mão de obra básica em telecomunicações caiu 22%, chegando a R\$ 2.500, em média.

"Estamos num ponto de inflexão na remuneração do setor e a expectativa é que os salários voltem a subir", afirma Rodrigo Abdala, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea.

CGCOM / <u>Suframa</u> 15 / 15